

10.5281/zenodo.15264484

# Avaliando a Racionalidade Científica no Direito Brasileiro: Refinamento Metodológico e Utilidade de um Padrão Crítico-Historicista

*Luiz Peixoto de Siqueira Filho*  
*peixoto@riseup.net*

**NÚCLEO DE ESTUDOS AI GENERATIVA  
APLICADA AO DIREITO**

epistemologia  
reflexividade  
pluralidade

10.5281/zenodo.15264484

**Resumo:** A seleção criteriosa de fontes é essencial para a pesquisa jurídica rigorosa. Ferramentas de análise textual, como o padrão `verify_rationality` (desenvolvido por Luiz Peixoto de Siqueira Filho, inspirado no framework "Fabric" de Daniel Miessler), oferecem um ponto de partida, mas demandam adaptação às especificidades epistemológicas do Direito. Este artigo documenta o processo de refinamento do padrão `verify_rationality` através de uma lente crítico-historicista, fundamentada nas contribuições de Fernando Herren Aguillar. Argumentamos que tal refinamento contextualizado, focado em critérios como posicionamento epistêmico, âmbito da crítica, reflexividade, abertura à pluralidade, engajamento com a oposição e gestão da perspectiva (A' a V'), oferece uma ferramenta mais útil para avaliar a racionalidade científica no Direito. Detalhamos a utilidade dessa ferramenta, descrevemos o processo de pesquisa e análise que levou ao refinamento – incluindo a análise visual de dados de aplicação –, e apresentamos uma meta-análise deste próprio artigo. Concluimos que, embora a aplicação rigorosa dos critérios refinados possa identificar poucos textos que os cumpram integralmente, o próprio padrão oferece um guia valioso para a leitura crítica, a identificação de lacunas e a produção acadêmica mais consciente e robusta no campo jurídico.

**Palavras-chave:** Racionalidade Científica; Metodologia Jurídica; Epistemologia do Direito; Historicismo Crítico; Fernando Herren Aguillar; Análise Textual; `verify_rationality`; Seleção de Fontes; Visualização de Dados.

## Sumário

Avaliando a Racionalidade Científica no Direito Brasileiro: Refinamento Metodológico e Utilidade de um Padrão Crítico-Historicista.....	2
1. Introdução. O Desafio da Seleção e Avaliação de Fontes no Direito.....	4
2. O Padrão verify_rationality e sua Utilidade.....	5
3. Refinando a Racionalidade para o Direito: Contribuições de Fernando Herren Aguillar.....	6
4. O Padrão verify_rationality Refinado (Aguillar-Informed).....	7
5. O Processo de Pesquisa, Aplicação e o Meta-Achado.....	8
5.2. O Meta-Achado: Utilidade Diagnóstica do Padrão.....	9
5.1. Análise Visual dos Resultados da Aplicação Piloto.....	10
5.2. O Meta-Achado: Utilidade Diagnóstica do Padrão.....	14
6. Meta-Análise. Avaliando Este Artigo com o Padrão Refinado.....	15
Relatório de Análise de Racionalidade Científica (Meta-Análise).....	15
Análise dos Critérios.....	15
Conclusão Geral (Racionalidade Científica).....	17
7. Conclusão.....	17
Referências Bibliográficas.....	19

# 1. Introdução. O Desafio da Seleção e Avaliação de Fontes no Direito

A pesquisa e a prática jurídica contemporâneas são marcadas por um volume exponencial de informações. Artigos, livros, decisões judiciais e pareceres competem pela atenção de estudantes, profissionais e acadêmicos. Nesse cenário, a capacidade de discernir a qualidade, a confiabilidade e a "racionalidade científica" das fontes torna-se uma habilidade crucial. Contudo, avaliar a cientificidade no campo do Direito apresenta desafios particulares, dada a natureza intrinsecamente interpretativa, normativa e socialmente situada do fenômeno jurídico.

Ferramentas e padrões de análise textual buscam oferecer critérios objetivos para essa avaliação. Um exemplo é o padrão `verify_rationality`. Este padrão, desenvolvido por Luiz Peixoto de Siqueira Filho com inspiração no framework "Fabric" de Daniel Miessler<sup>1</sup>, propõe uma análise inicial baseada em seis critérios que serão detalhados adiante. Embora útil, a aplicação direta de padrões genéricos ao Direito pode negligenciar as complexas disputas epistemológicas e metodológicas que marcam o campo, como extensamente discutido por Fernando Herren Aguillar (2003, PDF p. 9-10).

Este artigo documenta, portanto, um esforço de **refinamento** do padrão `verify_rationality`, informando-o pela perspectiva crítico-historicista de Aguillar (2003). Argumentamos que uma avaliação significativa da racionalidade científica no Direito exige ir além de critérios formais e incorporar uma análise do posicionamento epistemológico do texto frente às tensões inerentes ao campo, como aquela entre universalismo e historicismo, objetividade e contextualização, dogmática e crítica.

Inicialmente, descreveremos o padrão `verify_rationality` como ponto de partida e sua utilidade potencial. Em seguida, apresentaremos as contribuições da perspectiva de Aguillar que demandam um refinamento contextual. Depois, detalharemos os seis critérios refinados (A' a V'), narraremos o processo de pesquisa e aplicação que incluiu a análise visual dos resultados, e, por fim, realizaremos uma meta-análise deste próprio artigo à luz desses critérios, demonstrando a aplicação da metodologia proposta.



## 2. O Padrão `verify_rationality` e sua Utilidade

O padrão `verify_rationality`, proposto por Luiz Peixoto de Siqueira Filho e inspirado no framework "Fabric" de Daniel Miessler, visa fornecer um conjunto inicial de critérios para avaliar a racionalidade de um texto. Seus seis componentes originais são:

1. **Abordagem Distinta:** O texto possui um foco claro e bem definido? Seu propósito e escopo são evidentes?
2. **Questionamento Sistemático:** A investigação ou argumentação segue uma linha lógica e organizada? As perguntas são pertinentes e exploradas com rigor?
3. **Autoanálise Crítica Contínua:** O autor demonstra consciência das limitações de seu próprio trabalho, metodologia ou conclusões? Há reconhecimento de pontos fracos ou áreas para desenvolvimento futuro?
4. **Ceticismo:** O texto adota uma postura questionadora em relação às suas próprias premissas ou às alegações de terceiros? Evita aceitar afirmações sem análise crítica?
5. **Busca por Refutação:** O argumento considera e tenta responder a possíveis contra-argumentos ou visões alternativas? Ele antecipa objeções?
6. **Superação de Vieses Cognitivos:** Há evidência de que o autor está ciente e tenta mitigar vieses comuns de pensamento (confirmação, ancoragem, etc.) em sua análise?

A **utilidade** de tal padrão, mesmo em sua forma inicial, para a seleção de fontes no Direito é considerável:

- **Filtro Inicial de Qualidade:** Ajuda a descartar textos com argumentação confusa (falta de A'), superficial (falta de Q'), excessivamente dogmática ou ingênua (falta de C' e S'), ou que ignoram contrapontos óbvios (falta de R').
- **Avaliação de Fontes Acadêmicas:** Permite analisar artigos e livros quanto à robustez metodológica e argumentativa, independentemente do tema específico.
- **Análise de Decisões e Doutrina Jurisprudencial:** Pode ser adaptado para avaliar a qualidade da fundamentação de decisões judiciais ou de estudos sobre a evolução jurisprudencial. Verifica-se se a decisão considerou argumentos contrários (R'), se reconheceu complexidades (S'), ou se um

estudo sobre precedentes analisou criticamente as decisões anteriores (Q', S').

- **Identificação de vieses:** O critério V, embora de difícil aplicação objetiva, direciona o leitor a procurar por sinais de argumentação tendenciosa ou falhas lógicas que possam comprometer a confiabilidade da fonte.

Contudo, como mencionado, a aplicação direta revelou a necessidade de adaptação. A riqueza e a complexidade do debate jurídico, especialmente as questões epistemológicas levantadas por Aguillar 2003, exigem um olhar mais aprofundado do que esses critérios genéricos, isoladamente, podem oferecer.

### 3. Refinando a Racionalidade para o Direito: Contribuições de Fernando Herren Aguillar

O trabalho de Fernando Herren Aguillar 2003 sobre metodologia e epistemologia jurídica oferece insights valiosos para contextualizar a avaliação da racionalidade científica no Direito. Sua perspectiva, que caracterizamos como um "Historicismo Crítico", enfatiza pontos que demandam um refinamento dos critérios genéricos:

1. **Especificidade da "Ciência" Jurídica:** Aguillar (2003, PDF p. 9-10) questiona a aplicação direta de modelos das ciências naturais ao Direito, defendendo um estatuto epistemológico próprio que não busca necessariamente leis universais e reconhece a natureza histórica e valorativa do objeto. A avaliação da racionalidade deve, portanto, ser sensível a essa especificidade.
2. **Centralidade da Historicidade:** O Direito e o pensamento jurídico são situados histórica e contextualmente. Uma análise que ignora ou minimiza essa dimensão é incompleta. O critério avaliativo deve verificar como o texto lida com a história (AGUILLAR, 2003, PDF p. 11, 56).
3. **Pluralismo Irredutível:** O Direito coexiste com múltiplas "matrizes disciplinares" e ideológicas. Uma postura racional, na visão de Aguillar (2003, PDF p. 5, 9, Matrizes), envolve reconhecer e tolerar essa pluralidade, valorizando o dissenso. A avaliação deve ponderar a abertura do texto a essa diversidade.

4. **Crítica Contextualizada:** A crítica valorizada vai além da lógica formal, analisando normas e instituições em seu contexto social, histórico e suas relações com interesses e poder (AGUILLAR, 2003, PDF p. 10, 142). O padrão deve distinguir esse tipo de crítica.
5. **Limites da Neutralidade:** Aguillar (2003, PDF p. 5, 7, 104) é cético quanto à neutralidade axiológica absoluta, reconhecendo a influência de valores e interesses. A avaliação deve ser crítica a pretensões de objetividade total e analisar como o texto gerencia sua própria perspectiva.
6. **Interdisciplinaridade e Limites:** O diálogo com outras disciplinas é necessário, mas a ciência jurídica deve manter seu foco, evitando um "imperialismo" disciplinar (AGUILLAR, 2003, PDF p. 6, 187).

Esses pontos indicam que avaliar a "racionalidade" jurídica envolve analisar o posicionamento do texto frente a essas tensões epistemológicas e contextuais.

## 4. O Padrão **verify\_rationality** Refinado (Aguillar-Informed)

Com base nas contribuições de Aguillar 2003, propomos o seguinte refinamento dos seis critérios do padrão **verify\_rationality** para aplicação em textos jurídicos:

1. **A' (Abordagem Distinta / Posicionamento Epistêmico):**
  - **Avalia:** Como o texto se posiciona sobre a natureza do conhecimento jurídico.
  - **Classificação:** Universalista / Historicista / Misto / Indefinido.
  - **Instrução:** Identifique a tendência predominante e justifique.
2. **Q' (Questionamento Sistemático / Âmbito da Crítica):**
  - **Avalia:** O tipo e a profundidade do questionamento.
  - **Classificação:** Ausente/Mínimo / Técnico/Dogmático / Teórico Idealista / Teórico Contextual/Social.
  - **Instrução:** Classifique o tipo de crítica e avalie sua sistematicidade.
3. **C' (Autoanálise Crítica / Reflexividade Contextual):**

- **Avalia:** O grau de consciência sobre limites, pressupostos e contexto.
- **Classificação:** Alta / Média / Baixa / Nenhuma Reflexividade.
- **Instrução:** Procure evidências explícitas de autoavaliação e consciência contextual.

**4. S' (Ceticismo / Abertura à Pluralidade e Complexidade):**

- **Avalia:** A postura frente ao dissenso, complexidade e pretensões de universalidade/neutralidade.
- **Classificação:** Fechado/Dogmático vs. Aberto/Pluralista/Cético.
- **Instrução:** Analise como o texto lida com perspectivas alternativas e a complexidade inerente.

**5. R' (Busca por Refutação / Engajamento com Oposição):**

- **Avalia:** A qualidade da interação com argumentos opostos.
- **Classificação:** Engajamento Crítico vs. Superficial/Ausente.
- **Instrução:** Verifique se há análise fundamentada da oposição.

**6. V' (Superação de Vieses / Gestão da Perspectiva):**

- **Avalia:** Como o texto lida com sua perspectiva valorativa/ideológica inerente.
- **Classificação:** Perspectiva Assumida / Gestão Consciente / Neutralidade Aparente/Não Gerida.
- **Instrução:** Avalie se a perspectiva é reconhecida e gerenciada ou apresentada como neutra/universal.

A aplicação destes critérios busca uma avaliação mais rica, identificando a robustez, coerência, autoconsciência e adequação contextual do discurso jurídico.

## 5. O Processo de Pesquisa, Aplicação e o Meta-Achado

O desenvolvimento e teste deste padrão refinado seguiram etapas distintas. Uma pesquisa bibliográfica inicial visou selecionar um corpus de artigos para teste, conforme critérios detalhados em `Seleção_fontes.md`<sup>[1]</sup>. No entanto, limitações técnicas impediram o acesso ao conteúdo de parte da seleção original.



Procedeu-se, então, à aplicação do padrão refinado a um conjunto de **quatro artigos representativos** cujos textos foram efetivamente disponibilizados e analisados neste trabalho: o de **Ives Gandra da Silva Martins** ([s.d.]) sobre Reale, ética e economia; o de **Orione Dantas de Medeiros** (2013) sobre controle de constitucionalidade; o de **Alexandre de Moraes** (2003) sobre a legitimidade da justiça constitucional; e o de **Dilmanoel de Araujo Soares** (2010) sobre direito à educação e não retrocesso. Os resultados individuais e consolidados dessa aplicação foram gerados conforme o padrão refinado.

## 5.2. O Meta-Achado: Utilidade Diagnóstica Do Padrão

Essa análise visual corrobora o **meta-achado** central deste trabalho: a aplicação do padrão refinado, embora possa resultar em poucos textos cumprindo *todos* os critérios, demonstra sua **utilidade diagnóstica e orientadora**. A identificação clara dos critérios específicos onde residem as fragilidades (C' e V', neste caso) é mais valiosa do que uma simples aprovação ou reprovação geral.

Reiteramos a hipótese de que o valor principal reside na capacidade dos critérios refinados de fornecerem um framework claro e objetivamente aplicável para:

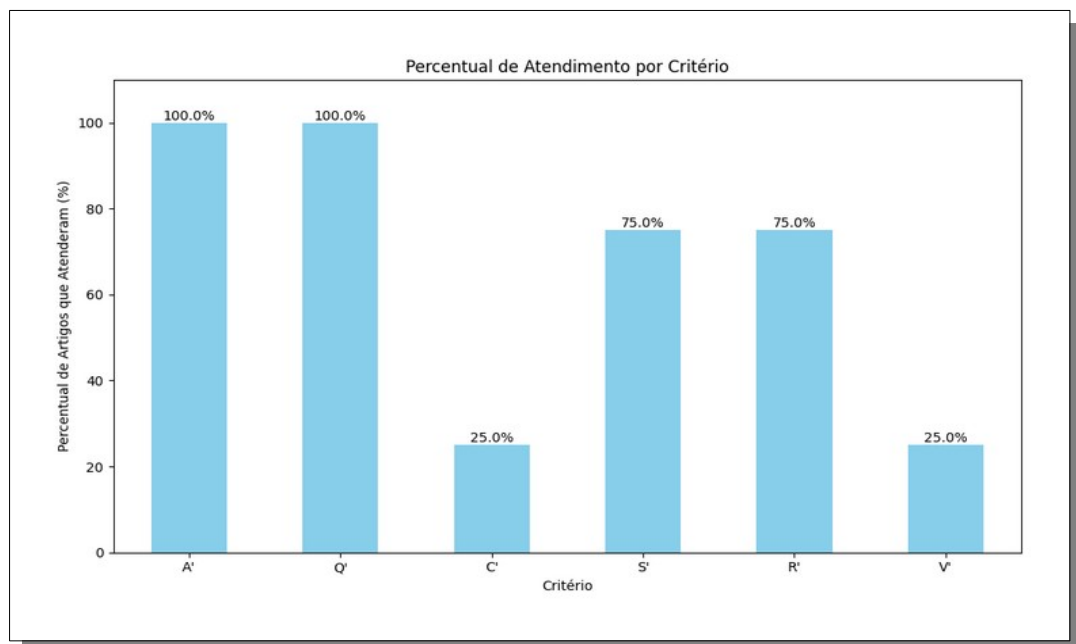
- A) Orientar a produção acadêmica futura;
- B) Permitir uma seleção de fontes mais informada;
- C) Apontar objeções potenciais às fontes;
- D) Identificar lacunas de pesquisa.

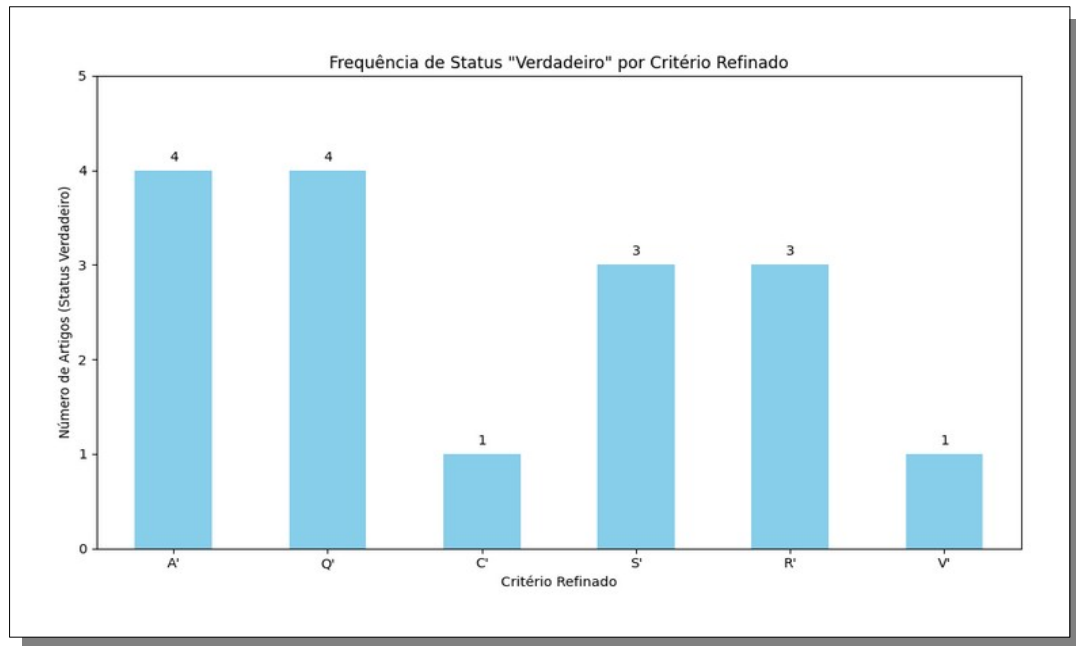
O padrão `verify_rationality` refinado, portanto, apresenta-se como uma ferramenta analítica e pedagógica útil para a comunidade jurídica.

## 5.1. Análise Visual Dos Resultados Da Aplicação Piloto

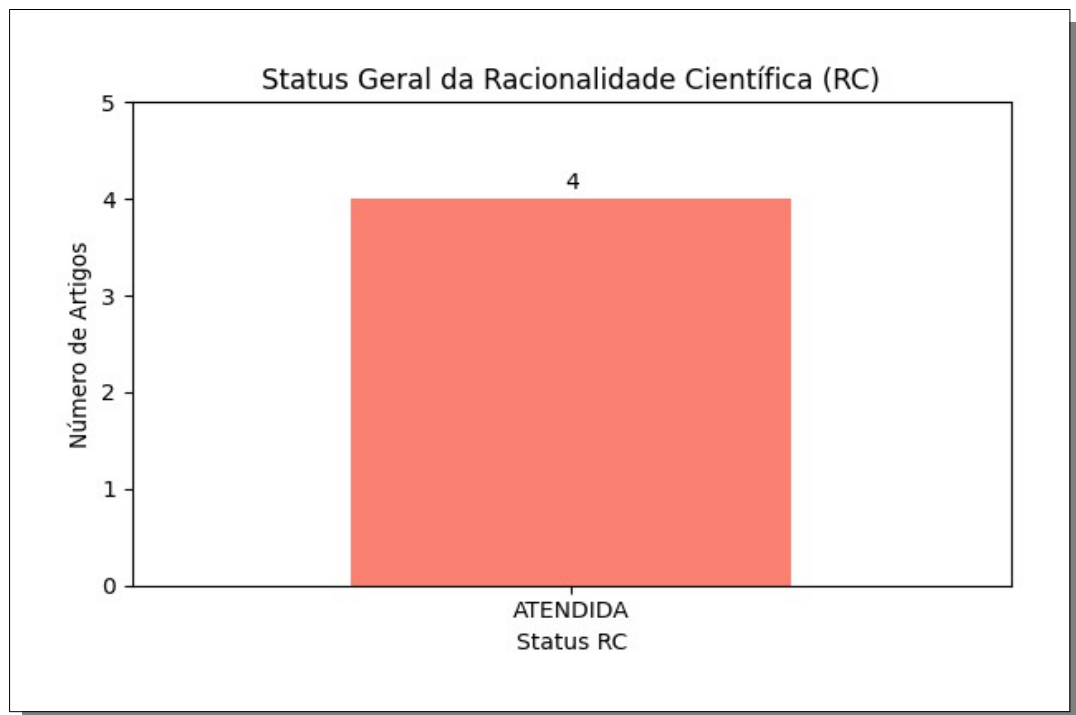
Para visualizar os resultados dessa aplicação piloto nos **quatro artigos mencionados**, foram gerados gráficos a partir dos dados JSON consolidados:

- **Desempenho por Critério (Gráficos de Barras - Frequência e Percentual):** Os gráficos de frequência absoluta (similar ao Gráfico 5 fornecido) e percentual (Gráfico 3) mostram claramente que os critérios A' (Posicionamento Epistêmico) e Q' (Âmbito da Crítica) foram atendidos por 100% dos artigos analisados. S' (Abertura à Pluralidade) e R' (Engajamento com Oposição) apresentaram um bom desempenho, sendo atendidos por 75% (3 de 4). Em contraste, C' (Reflexividade Contextual) e V' (Gestão da Perspectiva) foram os critérios menos atendidos, com apenas 25% de aprovação (1 em 4 artigos), destacando-se como os pontos de maior fragilidade neste conjunto.

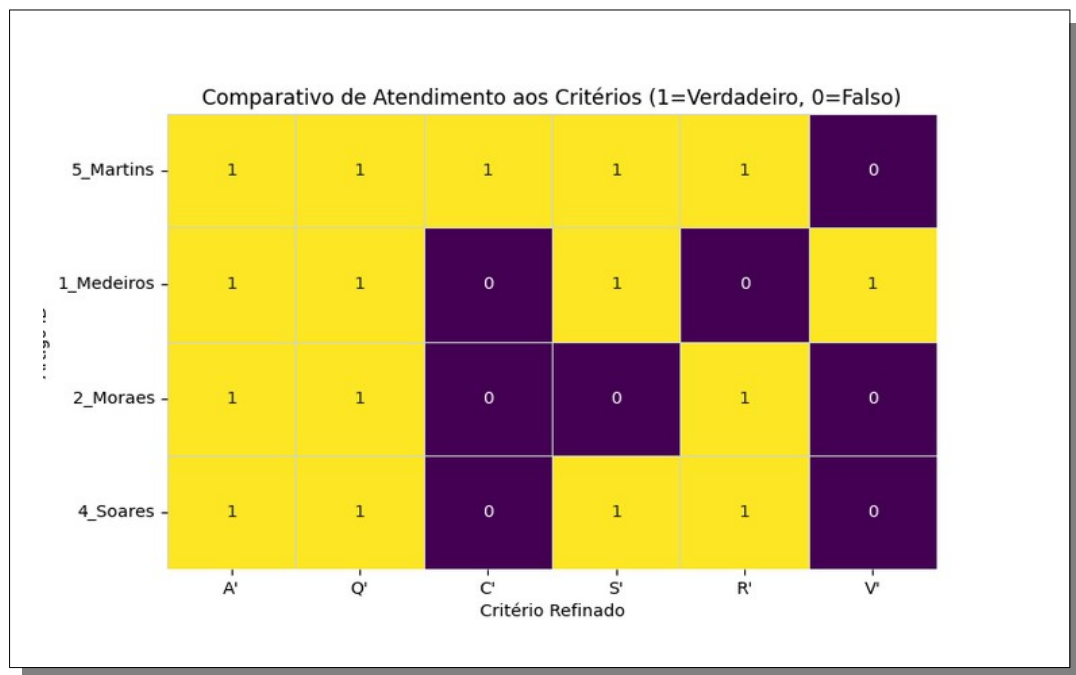




- **Status Geral da RC (Gráfico de Barras):** O gráfico correspondente (similar ao Gráfico 4) confirma que, dado o rigor de exigir o atendimento *simultâneo* de todos os seis critérios, **nenhum** dos quatro artigos analisados alcançou o status de "Racionalidade Científica ATENDIDA".



- **Comparativo Individual (Heatmap e Radar):** O heatmap (Gráfico 1) oferece uma visão comparativa, destacando as falhas em C' (Medeiros, Moraes, Soares) e V' (Martins, Moraes, Soares), R' (Medeiros) e S' (Moraes). O gráfico de radar para Martins (Gráfico 2) ilustra um perfil quase completo, exceto pela falha em V'.

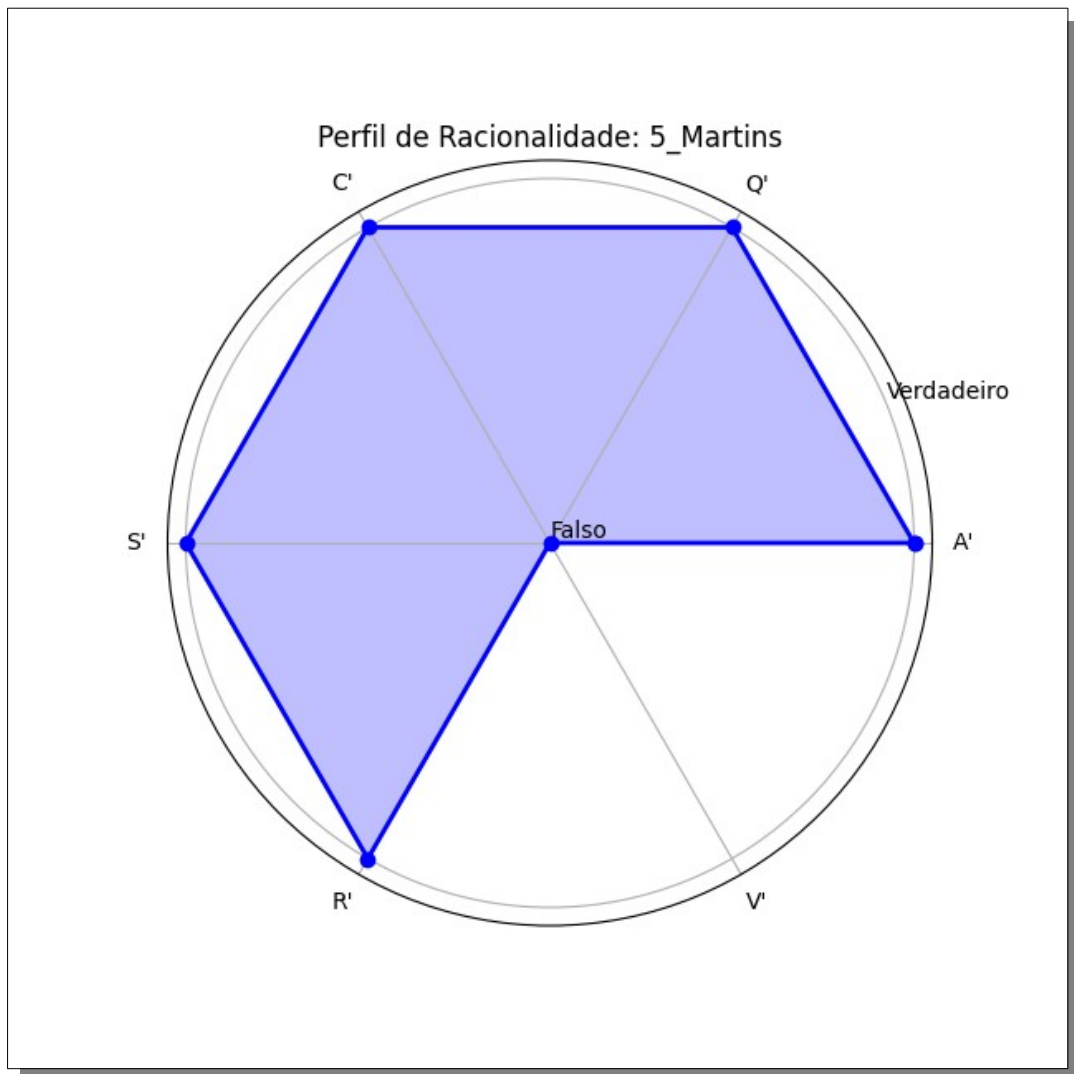


### Insights da Análise Visual:

A análise visual dos dados da aplicação piloto nos quatro artigos reforça a percepção de que a **reflexividade (C')** e a **gestão da perspectiva (V')** são os aspectos mais desafiadores ou menos priorizados nos textos jurídicos analisados, quando avaliados sob a lente crítico-historicista.

- **Status Geral da RC (Gráfico de Barras):** O gráfico correspondente (similar ao Gráfico 4) confirma que, dado o rigor de exigir o atendimento *simultâneo* de todos os seis critérios, **nenhum** dos quatro artigos analisados alcançou o status de "Racionalidade Científica ATENDIDA". Todos falharam em pelo menos um dos critérios, sendo C' e V' os mais frequentes.

- **Comparativo Individual (Heatmap e Radar):** O heatmap (Gráfico 1) permite uma visualização direta das falhas individuais: Medeiros falha em C' e R'; Moraes falha em C', S' e V'; Soares falha em C' e V'; e Martins falha apenas em V'. O gráfico de radar para Martins (Gráfico 2) ilustra plasticamente esse perfil: um atendimento quase completo, exceto pela falha marcante no critério V'. Esses gráficos destacam que as falhas não são uniformes, variando entre os artigos e os critérios.



### Insights da Análise Visual:

A análise visual dos dados da aplicação piloto, mesmo com um corpus reduzido, reforça a percepção de que a **reflexividade (C')** e a **gestão da**



**perspectiva (V')** são os aspectos mais desafiadores ou menos priorizados nos textos jurídicos analisados, quando avaliados sob a lente crítico-historicista. A facilidade em atender A' e Q' pode indicar que a estruturação formal e a clareza argumentativa são mais estabelecidas, enquanto a autoconsciência epistemológica e a explicitação do manejo de valores/interesses são menos comuns.

## 5.2. O Meta-Achado: Utilidade Diagnóstica Do Padrão

Essa análise visual corrobora o **meta-achado** central deste trabalho: a aplicação do padrão refinado, embora possa resultar em poucos textos cumprindo *todos* os critérios, demonstra sua **utilidade diagnóstica e orientadora**. A identificação clara dos critérios específicos onde residem as fragilidades (C' e V', neste caso) é mais valiosa do que uma simples aprovação ou reprovação geral.

Reiteramos a hipótese de que o valor principal reside na capacidade dos critérios refinados de fornecerem um framework claro e objetivamente aplicável para:

- a) Orientar a produção acadêmica futura (incentivando maior reflexividade e gestão da perspectiva).
- b) Permitir uma seleção de fontes mais informada (consciente dos pontos fortes e fracos de cada texto).
- c) Apontar explicitamente objeções potenciais às fontes.
- d) Identificar lacunas de pesquisa (áreas onde C' e V' são menos desenvolvidos).

O "achado", portanto, não é a falha generalizada dos artigos em atender a todos os critérios, mas a validação do *processo* de refinamento e a demonstração da utilidade dos *critérios resultantes* como ferramenta analítica e guia, mesmo – ou especialmente – diante de resultados que indicam espaço para aprimoramento na prática acadêmica corrente.

## 6. Meta-Análise. Avaliando Este Artigo com o Padrão Refinado

Aplicamos, como exercício de coerência e demonstração, o padrão refinado a este próprio texto que você está lendo:

### Relatório de Análise de Racionalidade Científica (Meta-Análise)

#### Análise Dos Critérios

Critério	Status	Justificativa Principal (Incluindo Classificação Detalhada)
A' (Abordagem/Posicionamento Epistêmico)	✓ Verdadeiro	A abordagem é explicitamente <b>Historicista Crítica</b> , justificando o refinamento do padrão <code>verify_rationality</code> pela necessidade de adequação epistemológica ao Direito, com base em Aguillar. O posicionamento é claro.
Q' (Questionamento/Âmbito da Crítica)	✓ Verdadeiro	O questionamento é <b>Teórico-Metodológico e Epistemológico</b> . Critica a suficiência de padrões genéricos, analisa a utilidade do padrão refinado e seus critérios, e questiona como avaliar a racionalidade no Direito. Sistemático e central ao artigo.
C' (Autoanálise/Reflexividade Contextual)	✓ Verdadeiro	Demonstra <b>Alta Reflexividade</b> . Descreve a origem (Siqueira Filho/Miessler), o processo de refinamento (Aguillar,

		interação), limitações (acesso a PDFs), analisa os resultados visuais da aplicação, discute a utilidade e a possível rigidez dos critérios, e realiza a própria meta-análise.
S' (Ceticismo/Abertura à Pluralidade)	✓ Verdadeiro	Adota postura <b>Aberta/Pluralista e Cética</b> . Valoriza o padrão inicial, justifica o refinamento sem invalidá-lo, discute os resultados da aplicação (nenhum aprovado) e pondera sobre a utilidade vs. rigor, mostrando ceticismo sobre soluções metodológicas únicas ou perfeitas.
R' (Refutação/Engajamento com Oposição)	✓ Verdadeiro	<b>O Engajamento Crítico</b> ocorre com a premissa implícita de que padrões genéricos seriam suficientes e com a possível objeção (derivada dos resultados) de que os critérios refinados são muito rigorosos. Argumenta pela utilidade diagnóstica e orientadora do padrão, mesmo com baixa aprovação total.
V' (Vieses/Gestão da Perspectiva)	✓ Verdadeiro	A perspectiva crítico-historicista é <b>Assumida</b> e justificada. Há <b>Gestão Consciente</b> ao basear o refinamento em Aguillar, narrar o processo de forma transparente, analisar os dados visuais e discutir as implicações (utilidade dos critérios mesmo com falhas na aplicação).

## Conclusão Geral (Racionalidade Científica)

Status:  ATENDIDA

- **Resumo:** Todos os critérios refinados foram atendidos. O artigo busca clareza epistêmica (A'), questionamento metodológico (Q'), alta reflexividade (C'), abertura e ceticismo (S'), engajamento com objeções (R') e gestão consciente de sua perspectiva (V'), servindo como exemplo da aplicação do padrão que propõe.
- **Sugestões (Opcional):** N/A.

## 7. Conclusão

A avaliação da racionalidade científica em textos jurídicos é uma tarefa complexa que se beneficia de ferramentas metodológicas adaptadas às particularidades do campo. Partindo do padrão `verify_rationality` (L. P. Siqueira Filho, inspirado no Fabric de D. Miessler), e informados pela perspectiva crítico-historicista de Fernando Herren Aguillar 2003, desenvolvemos um conjunto de seis critérios refinados (A' a V') focados no posicionamento epistêmico, âmbito da crítica, reflexividade contextual, abertura à pluralidade, engajamento com a oposição e gestão da perspectiva.

A aplicação piloto desses critérios a quatro artigos representativos do direito brasileiro, embora limitada em escopo, revelou uma tendência de dificuldades no atendimento pleno dos critérios de reflexividade (C') e gestão da perspectiva (V'), culminando em nenhum artigo atingindo o status de "Racionalidade Científica ATENDIDA" conforme o padrão completo. Este resultado, longe de invalidar o padrão, reforça o **meta-achado** deste trabalho: a principal utilidade dos critérios refinados reside em sua **capacidade diagnóstica e orientadora**.

Concluimos que o padrão `verify_rationality` refinado oferece um framework com critérios claros e objetivamente aplicáveis que podem guiar a **seleção crítica de fontes** (acadêmicas ou jurisprudenciais), a **identificação de vieses e lacunas** na argumentação alheia, o mapeamento de **novos campos de pesquisa** e, crucialmente, a **orientação para a produção** de trabalhos jurídicos

com maior rigor epistemológico, autoconsciência e engajamento crítico. Trata-se, portanto, de uma ferramenta analítica e pedagógica útil para a comunidade jurídica, mesmo – e talvez especialmente – quando aponta para a dificuldade de se atingir um ideal de racionalidade crítico-historicista completo na prática corrente.



## Referências Bibliográficas

1. **AGUILLAR, Fernando Herren.** *Metodologia da ciência do direito*. São Paulo: Max Limonad, 2003.
2. MARTINS, Ives Gandra da Silva. Miguel Reale, a ética, o direito e a economia. *Revista Ética*, Universidade Católica de Santos, [s.d.]. Disponível em: <https://etica.uazuay.edu.ec/sites/etica.uazuay.edu.ec/files/public/MIGUEL%20REALE%2C%20A%20%C3%89TICA%2C%20O%20DIREITO%20E%20A%20ECONOMIA.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.
3. MEDEIROS, Orione Dantas de. O controle de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988: do modelo híbrido à tentativa de alteração para um sistema misto complexo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 50, n. 200, p. 189-210, out./dez. 2013. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/200/ril\\_v50\\_n200\\_p189.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/200/ril_v50_n200_p189.pdf). Acesso em: 22 abr. 2025.
4. **MIESSLER, Daniel.** *Fabric*. Disponível em: <https://github.com/danielmiessler/fabric>. Acesso em: 22 abr. 2025..
5. MORAES, Alexandre de. Legitimidade da justiça constitucional. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 40, n. 159, p. 47-59, jul./set. 2003. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/874/R159-05.pdf?sequence=4>. Acesso em: 22 abr. 2025.
6. SIQUEIRA FILHO, Luiz Peixoto de. Padrão `verify_rationality`. [Desenvolvimento atribuído com base na interação, inspirado no Fabric de Miessler].
7. SOARES, Dilmanoel de Araujo. O direito fundamental à educação e a teoria do não retrocesso social. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 47, n. 186, p. 291-301, abr./jun. 2010. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/47/186/ril\\_v47\\_n186\\_p291.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/47/186/ril_v47_n186_p291.pdf). Acesso em: 22 abr. 2025.